

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 11042.000215/96-94
SESSÃO DE : 24 de junho de 1998
ACÓRDÃO N° : 301-28.767
RECURSO N° : 118.910
RECORRENTE : TEVAH VESTUÁRIO MASCULINO LTDA
RECORRIDA : DRJ/PORTO ALEGRE/RS

Guia de Importação inidônea – Falta de comprovação da participação do importador no fato.

Em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o rigorismo do disposto no artigo 136 do CTN há de ser mitigado, especialmente se o ato foi praticado e formalizado de acordo com a legislação vigente. Nesse caso não pode ele ser desfeito em razão de irregularidades praticadas por terceiros, em face de o CTN não albergar a teoria da responsabilidade objetiva, impondo-se que o disposto no artigo 136 seja interpretado em harmonia com o artigo 112, inciso III do mesmo diploma legal.

RECURSO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencido o Conselheiro Mário Rodrigues Moreno, relator. Designada para redigir o acórdão a Conselheira Márcia Regina Machado Melaré.

Brasília-DF, em 24 de junho de 1998

Assinatura de Fausto de Freitas e Castro Neto
FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO
Presidente em Exercício

lcr
Luciana Cortez Ruiz P...
Procuradora da Fazenda Nacional

18 FEV 1999 MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ
Relatora Designada

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: LEDA RUIZ DAMASCENO, CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO e JORGE CLÍMACO VIEIRA (Suplente). Ausentes os Conselheiros MOACYR ELOY DE MEDEIROS e JOSÉ ALBERTO MENEZES PENEDO. Fez sustentação oral o Economista GERCY CARLITO REOLON CI. N° 2002359186.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N.º : 118.910
ACÓRDÃO N.º : 301-28.767
RECORRENTE : TEVAH VESTUÁRIO MASCULINO LTDA
RECORRIDA : DRJ/PORTO ALEGRE/RS
RELATOR(A) : MÁRIO RODRIGUES MORENO
RELATORA DESIG. : MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ

RELATÓRIO

Em ato de revisão aduaneira o contribuinte foi autuado para exigência do Imposto de Importação, multas proporcionais e multa relativa ao controle administrativo das importações prevista no Art. 526 inciso II do Regulamento Aduaneiro.

A exigência decorreu de investigação procedida pela Receita Federal junto ao Banco do Brasil S/A que culminou com a informação prestada pelo mesmo de que diversas Guias de Importação juntadas às Declarações de Importação do contribuinte não haviam sido emitidas pelo órgão competente (CACEX).

Em face do apurado a fiscalização lavrou o Auto de Infração de fls. exigindo a multa prevista no Art. 526, inciso II do Regulamento Aduaneiro bem como o Imposto de Importação relativo à desagravação utilizada pelo contribuinte ao amparo do PEC homologado pelo Decreto nº 94.297/87, considerando que de conformidade com o item 16.1 do Anexo VI do Quarto Protocolo Adicional, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da emissão dos Certificados a empresa beneficiária deveria obter a correspondente guia de importação, o que não ocorreu.

Irresignada, apresentou tempestivamente a impugnação de fls. 323 a 329 na qual alega, em resumo, que é importador regular tendo contratado a empresa Rodair - Despachos Internacionais Ltda para cuidar dos trâmites burocráticos e que não tinha conhecimento de eventuais falsificações de guias de importação somente tomando conhecimento dos fatos quando foi chamado a depor na Divisão de Polícia Federal sobre o assunto. Acrescentou que as guias são materialmente verdadeiras e continham assinatura de funcionários do Banco do Brasil e que eventuais discrepâncias e inconsistências não acarretam nenhuma responsabilidade para o contribuinte. Que para a impugnante as guias eram normais e obedeciam a todos os trâmites legais, inclusive fechamento de câmbio, sendo que todos os impostos foram pagos. Requeru ainda, a expedição de ofícios do Banco do Brasil e Polícia Federal para prestar esclarecimentos. Juntou documentos de fls. 330 a 386.

Em 07 de Abril de 1997 foi juntada nova petição e documentos (fls. 380 a 399).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N.º : 118.910
ACÓRDÃO N.º : 301-28.767

A decisão de primeira instância veio às fls. 402/413, que julgou parcialmente procedente a exigência e alterou o fundamento legal da penalidade aplicada, de inciso II do Art. 44 da Lei 9.430/96 para o inciso I.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N.º : 118.910
ACÓRDÃO N.º : 301-28.767

VOTO VENCEDOR

Conforme consta do relatório apresentado pelo Digno Relator - Conselheiro Mário Rodrigues Moreno -, em ato de revisão aduaneira a empresa foi autuada para a exigência da multa disposta no artigo 526, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, em face de ter sido a importação considerada realizada ao desamparo de Guia, em razão da constatação de fraude na emissão da Guia de Importação nº 0010-95/007243-7.

Entretanto, apesar das conclusões constantes da investigação conduzida pelo Banco do Brasil S.A., no sentido de que a referida guia não fora emitida por quem de direito, o fato é que, durante o processamento do presente feito, a empresa recorrente conseguiu demonstrar que agiu de boa-fé podendo, até mesmo, ser considerada vítima do episódio .

Como ressaltado, inclusive pelo Digno Relator, a guia em questão sempre foi aceita como boa, legítima e verdadeira, nos diversos órgãos pelos quais passou, tanto que serviu para realizar o fechamento do câmbio.

Outrossim, todos os impostos devidos pela importação foram regularmente pagos pela recorrente, não se infirmado, em princípio, qualquer prejuízo ao erário .

Verifica-se, assim, desde logo, que não há nos autos qualquer prova ou mero indício de que a recorrente tenha, por qualquer forma, participado da “fraude” ou dela tenha se beneficiado, em prejuízo do fisco.

Todos esses fatos me bastam para julgar improcedente a exigência do pagamento da multa prevista no artigo 526, II, do Regulamento Aduaneiro.

Cumpre, contudo, ainda ressaltar que o rigorismo do disposto no artigo 136 do CTN já foi mitigado por nossa Suprema Corte no RE 60.964, sendo, inclusive, considerada interpretação draconiana pelo Superior Tribunal de Justiça (RESP 43.050-0/SP) que um ato praticado e formalizado de acordo com a legislação vigente possa ser desfeito em razão de irregularidade praticada por terceiro, em face de o CTN não albergar a teoria da responsabilidade objetiva, impondo-se que o disposto no artigo 136 seja interpretado em harmonia com o artigo 112, inciso III do mesmo diploma legal. “*O artigo 136 só dispensa, na caracterização da infração, a “Intenção do agente ou do responsável tributário”, não do terceiro (STJ - RESP 43.050-0-SP)*”.

No caso, não há nos autos qualquer prova, nem mesmo indício, de que a recorrente tenha participado do processo de expedição irregular da guia de

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

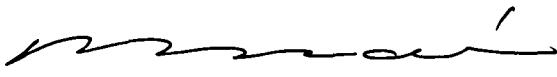
RECURSO N.º : 118.910
ACÓRDÃO N.º : 301-28.767

importação, nem de que tenha tido algum benefício com esse fato, o que torna impossível responsabilizá-la por eventual fraude ocorrida, ainda que indiretamente, diante de sua boa-fé, que já é de se presumir.

Para que pudesse haver a responsabilização da recorrente, seria necessário que fosse comprovada a sua má-fé ou o dolo, ou seja: que tivesse sido comprovado que a recorrente tinha pleno conhecimento de que o documento utilizado para importação era falso ou fraudulento, ou que estivesse mancunada com o terceiro, emissor do mesmo.

Deste modo, e com base nesses fatos e fundamentos de direito, dou provimento ao recurso voluntário interposto pela recorrente, dando-se por canceladas as exigências constantes do auto vestibular.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1998



MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ – Relatora Designada

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N.º : 118.910
ACÓRDÃO N.º : 301-28.767

VOTO VENCIDO

Duas questões estavam controversas nos autos.

A primeira, relativa à inautenticidade das Guias de Importação juntadas às Declarações de Importação já está superada pela farta prova documental juntada aos autos e pelo próprio teor da impugnação e do recurso apresentados pela contribuinte, nas quais a ora recorrente reconhece, embora alegue desconhecimento, que as referidas Guias não foram efetivamente emitidas pela Cacex.

Quanto a esse aspecto portanto, não há dúvida, sendo inquestionável a aplicação da penalidade imposta pelo Auto de Infração.

A outra questão, que poderia ter sido deduzida em preliminar, mas da forma que foi apresentada confundiu-se com o mérito, diz respeito a responsabilidade tributária pela infração cometida.

A decisão recorrida rejeitou a pretensão do contribuinte, que invocou as disposições do Art. 135 do Código Tributário Nacional, pois na hipótese dos autos o dispositivo legal aplicável seria o Art. 136, que determina que a responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável.

Em sua impugnação e recurso o contribuinte alega que não teve participação e mesmo desconhecia a falsificação das indigitadas Guias de Importação e que portanto, toda e qualquer responsabilidade caberia à empresa Rodair - Despachos, por ela contratada para efetuar os trâmites burocráticos da importação. Entretanto, o dispositivo invocado não é adequado a hipótese dos autos.

Quando muito a contribuinte poderia arguir o Art. 137 do Código Tributário Nacional, entretanto, também não encontraria respaldo, eis que a hipótese dos autos, se insere na exceção contida em seu mandamento, ou seja, que a responsabilidade é pessoal do agente, salvo quando praticada no exercício regular de administração, mandato etc.

Nesse sentido é a lição de Aliomar Baleeiro, in Direito Tributário Brasileiro - Forense - 9º Edição - pag. 450, bem como, o contribuinte não logrou provar nos autos que seu mandatário tivesse agido de “motu proprio”.

Abraçar-se a tese defendida pela recorrente, implicaria, por exemplo, em atribuir-se aos contadores toda responsabilidade tributária pelas incorreções das

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

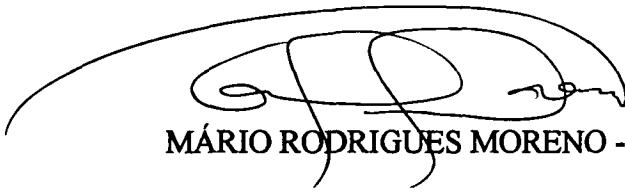
RECURSO N.º : 118.910
ACÓRDÃO N.º : 301-28.767

escriturações contábeis, deixando sempre a salvo os verdadeiros beneficiários dos impostos não pagos.

Desta forma, a decisão recorrida não merece reparo.

Nos termos do artigo nº 136 do Código Tributário Nacional a responsabilidade por infrações à legislação tributária (no caso, a inexistência de Guias de Importação) independem da intenção do agente ou responsável, que dela, por sinal, teria se aproveitado, não fosse a auditoria procedida pela Cacex, razão pela qual, nego provimento ao recurso, mantendo a exigência relativa à multa administrativa por falta de guia de importação e consequentemente do Impostos de Importação e acréscimos legais tendo em vista o não cumprimento dos requisitos necessários à utilização dos benefícios pleiteados.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1998



MÁRIO RODRIGUES MORENO - Conselheiro